

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR**, empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, com sua sede fixada na Rua da Candelária nº 65 – 2º ao 10º e 12º andares – Centro - Rio de Janeiro – RJ – Cep. 20.091.020, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 2.007 MW, bem como a manutenção das condições para construção da terceira unidade núcleo-elétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 7, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

A totalidade da geração de energia elétrica é fornecida exclusivamente para a parte relacionada Furnas Centrais Elétricas S.A., único cliente da Companhia, mediante contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO	Nº DE CLIENTES
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	657 MW	Portaria MME Nº 416 - 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	JAN/1985	1
ANGRA 2	1.350 MW	E.M. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	SET/2000	1
ANGRA 3	1.350 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	-	-

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Princípios de Contabilidade emanados da Lei das Sociedades por Ações, conjugados com a legislação específica aplicável aos concessionários de energia elétrica e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários, conforme práticas contábeis descritas na Nota 3.

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 489, de 03/10/05, a ELETRONUCLEAR efetuou, nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a reclassificação dos depósitos judiciais para serem apresentados deduzidos nos passivos contingentes correspondentes, conforme segue:

31 / 12 / 05	R\$ MIL	
	Publicado	Reclassificado
ATIVO	7.545.189	7.539.751
NÃO CIRCULANTE	-	6.791.858
Realizável a longo prazo	554.466	549.028
Cauções e depósitos vinculados	14.761	9.323
PASSIVO	7.545.189	7.539.751
NÃO CIRCULANTE - Exigível a longo prazo	2.481.449	2.476.011
Provisão para contingências judiciais	39.728	34.290

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Práticas regulamentadas

As práticas contábeis da Companhia, regulamentadas pela ANEEL, que norteiam a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Almojarifado e estoque

- Os materiais em estoque no almojarifado, classificados no ativo circulante e realizável a longo prazo, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado;
- O concentrado de urânio em estoque, os serviços em curso correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e no estoque da piscina de combustível usado – PCU, estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia.

b) Imobilizado

- O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição recuperável, corrigido monetariamente até dezembro de 1995, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação são determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17/03/99, e atos complementares daquela Agência, apresentadas na Nota 7. A depreciação relativa ao Equipamento Geral (móveis, equipamentos, instrumentos e utensílios) vinculado às áreas de construção é transferida para o custo das imobilizações em curso;
- Em função do disposto na instrução contábil nº 6.3.10, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos ao capital de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo;
- O mesmo procedimento foi adotado até o exercício de 1998 para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

c) Obrigações especiais

As contribuições recebidas da União, Estados, Municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica, são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado.

d) Passivo não circulante exigível a longo prazo

O passivo para descomissionamento, classificado no passivo não circulante exigível a longo prazo, detalhado na Nota 11, destina-se ao custeio dos gastos com o descomissionamento das usinas nucleares. Esse passivo refere-se ao valor estimado, em dólares norte-americanos, dos gastos com o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil das usinas, e é apropriado ao resultado do exercício à razão de 1/30 ao ano, prazo esse semelhante ao utilizado para depreciação das usinas.

3.2 – Práticas contábeis gerais

As demais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão em conformidade com os princípios contábeis emanados da Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários, das quais se destacam:

a) Atualização monetária das demonstrações contábeis

A Lei 9.249/95 eliminou a adoção de qualquer sistema de atualização monetária das demonstrações contábeis, tanto para fins fiscais quanto para fins societários.

Dessa forma, as parcelas componentes do ativo permanente, patrimônio líquido e obrigações vinculadas à concessão consignadas até 31/12/95 estão atualizadas somente até aquela data pela sistemática oficial de correção

monetária até então vigente. Os registros posteriores estão mantidos pelos seus valores históricos.

b) Ativo circulante e não circulante realizável a longo prazo

- As aplicações financeiras representam recursos mantidos no Fundo Extra Mercado do Banco do Brasil e estão registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço. Por determinação legal, essas aplicações são efetuadas exclusivamente no Banco do Brasil S.A.;
- Os demais ativos, a exceção dos estoques, estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

c) Passivo circulante e não circulante exigível a longo prazo

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

d) Atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os direitos e obrigações, sujeitos a reajustes em função de variações monetárias e cambiais, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data do balanço. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

e) Patrimônio líquido e recursos destinados a aumento de capital

- Os recursos destinados a aumento de capital, oriundos da controladora ELETROBRÁS, revestidos da característica de irreversibilidade, estão apresentados neste grupamento.

f) Resultado do exercício

- O resultado é apurado pelo regime de competência.

NOTA 4 - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Em 10 de julho de 2001, foi assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS o contrato de compra e venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, com vigência a partir de 1º de julho de 2001.

A posição das contas a receber de Suprimento de Energia para FURNAS, em 31 de dezembro, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL					
	2006			2005		
	VENCIDO	A VENCER	TOTAL	VENCIDO	A VENCER	TOTAL
Energia contratada	-	173.922	173.922	-	132.284	132.284
Desvio positivo	-	69.251	69.251	-	84.326	84.326
Energia não despachada	-	24.688	24.688	-	25.769	25.769
TOTAIS	-	267.861	267.861	-	242.379	242.379

O faturamento do Desvio de suprimento e da energia disponibilizada mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema – NOS, monta o valor líquido de R\$ 93.939 mil. Desse saldo, a parcela de R\$ 91.710 mil refere-se ao suprimento do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento e que deverá ser pago por FURNAS cinco dias úteis após a mesma receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) os recursos provenientes da comercialização dessa energia.

NOTA 5 - ESTOQUE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR

a) Combustível nuclear – Estoque e Serviço em Curso

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante realizável a longo prazo nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Após concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e no não circulante realizável a longo prazo a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

Periodicamente, a Companhia realiza inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear (EC) que já passaram pelo processo de geração de energia elétrica, e que encontram-se armazenados na Piscina de Combustível Usado (PCU) das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2. O resultado da avaliação realizada ao final do exercício de 2005 identificou 5 elementos de combustível nuclear da Usina Angra 1, considerados de difícil aproveitamento. Dessa forma, a administração da Companhia entendeu ser adequada a baixa contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo em contrapartida ao resultado do exercício (na rubrica matéria-prima – consumo de combustível nuclear), do valor de R\$ 12.674 mil, correspondente ao valor residual desses EC, conforme ata da 765ª reunião da Diretoria Executiva realizada em 27/12/05.

Abaixo, quadro com a composição em 31 de dezembro do estoque total de Concentrado de urânio, Serviço em curso e Elementos prontos:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR (Concentrado, Serviço em curso e Elementos prontos)	R\$ MIL	
	2006	2005
- Concentrado de urânio	77.442	66.753
- Serviço em curso	187.927	174.979
- Elementos prontos	319.492	230.972
TOTAL	584.861	472.704

b) Material de almoxarifado

Devido às características próprias e específicas dos projetos de usinas nucleares e considerando serem seus componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, reduzida e na sua quase totalidade adquirida do exterior, é necessário que se mantenha em estoque uma gama de material adequada e compatível às necessidades específicas a cada usina, de modo a garantir a sua performance e fluxo contínuo de operação.

Em 31/12/06, o saldo da conta Material de almoxarifado no ativo circulante totaliza R\$ 47.018 mil (R\$ 33.825 mil em 31/12/05) e no ativo realizável a longo prazo totaliza R\$ 226.992 mil (R\$ 229.153 mil em 31/12/05).

NOTA 6 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.437.802 mil (R\$ 1.439.140 mil – 2005) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.623.335 mil (R\$ 1.625.579 mil), cujos créditos fiscais correspondentes não estão contabilizados por força da Instrução CVM nº 371/02. Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado em serviço está composto do seguinte:

Usina Angra 1, que iniciou sua produção comercial de energia em 01/01/85;

Usina Angra 2, que iniciou sua produção comercial de energia em 01/09/00;

Equipamento geral (móveis, equipamentos, instrumentos e utensílios).

Abaixo, quadro com a composição do imobilizado em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	% Taxas Anuais Médias de Depreciação	R\$ MIL			
		2006			2005
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Geração Termonuclear Usinas Angra 1 e 2	3,3	6.020.507	(1.683.564)	4.336.943	4.496.517
Administração	10	27.827	(18.001)	9.826	5.786
Imobilizado em serviço		6.048.334	(1.701.565)	4.346.769	4.502.303
EM CURSO					
Geração Termonuclear		1.999.011		1.999.011	1.784.013
Administração		4.245		4.245	2.563
Imobilizado em curso		2.003.256	-	2.003.256	1.786.576
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO		8.051.590	(1.701.565)	6.350.025	6.288.879
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica			-	(47.543)	(47.314)
VALOR LÍQUIDO		8.051.590	(1.701.565)	6.302.482	6.241.565

Nos exercícios de 2006 e 2005, foram transferidos do Imobilizado em Curso para o Imobilizado em Serviço os custos de adições das usinas Angra 1 e 2 e de infra-estrutura, totalizando R\$ 57.739 mil em 2006 e R\$ 60.655 mil em 2005.

O Ativo Imobilizado em Curso refere-se basicamente aos investimentos realizados na usina Angra 3, totalizando R\$ 1.519.784 mil em 31/12/05 (R\$ 1.481.882 mil - 31/12/05), cuja continuidade é esperada pela ELETRONUCLEAR. Através da Resolução nº 7, de 21/07/03, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, foi criado um Grupo de Trabalho para analisar o contexto e as implicações ambientais, sociais e econômicas relativos a Angra 3, visando subsidiar o CNPE quanto ao empreendimento.

A Companhia, acreditando na viabilidade da usina Angra 3, tem realizado gestões com órgãos governamentais no sentido de que o projeto seja incluído no contexto dos seus investimentos para os próximos exercícios, que vêm sendo bem acolhidas. Assim a ELETRONUCLEAR mantém-se empenhada na consecução das atividades do projeto Angra 3.

Neste contexto, a Companhia deu continuidade à elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - RIMA, objetivando o processo de licenciamento ambiental do empreendimento e a elaboração do Relatório Preliminar de Análise de Segurança - RPAS, com vistas ao licenciamento nuclear, bem como a estudos sobre modelagem para o financiamento do empreendimento, à negociação de contratos existentes, ao projeto do empreendimento e à preservação dos equipamentos armazenados.

O valor apresentado como retificação do ativo não circulante imobilizado, sob o título de obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, refere-se principalmente à verba federal de recursos concedidos pelo Conselho Nacional de Petróleo - CNP e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, aplicada na construção da usina Angra 1, por ocasião do seu início. Em virtude de sua natureza, esse valor não representa obrigação financeira para a Companhia.

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O custo do excedente nuclear referente à construção das usinas Angra 1 e Angra 2 foi absorvido pela União e o acerto de contas final foi efetuado em 1999. A ELETRONUCLEAR passou, então, a refletir no seu balanço os custos de construção das usinas Angra 1 e Angra 2 limitados à alternativa hidrelétrica de geração correspondente, acrescidos dos custos complementares e adições ativados após a entrada em operação das usinas.

NOTA 8 - FORNECEDORES

O saldo do Grupo Contábil Fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, materiais e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.

O saldo referente a faturas do exterior inclui a provisão de impostos a serem recolhidos no país, cujos vencimentos ocorrem a partir da data do fechamento do câmbio das mesmas.

Abaixo, quadro com a composição da dívida aos Fornecedores:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL					
	2006			2005		
	NACIONAL	EXTERIOR	SALDO	NACIONAL	EXTERIOR	SALDO
Faturas processadas	92.710	62.575	155.285	113.490	90.911	204.401
Variação cambial	-	(1.479)	(1.479)	-	(1.247)	(1.247)
Provisão serviços realizados	36.227	5.506	41.733	22.629	36.315	58.944
Saldos em 31 de dezembro	128.937	66.602	195.539	136.119	125.979	262.098
	65,9%	34,1%	100%	51,9%	48,1%	100%

NOTA 9 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro são:

a) A composição da dívida por Credor está assim distribuída:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL							
	2006				2005			
	ENCARGOS	PRINCIPAL		TOTAL	ENCARGOS	PRINCIPAL		TOTAL
C.PRAZO		L.PRAZO	C.PRAZO			L.PRAZO		
EM EURO								
> ELETROBRÁS								
Bancos alemães	2.299	128.849	644.244	775.392	45.631	147.521	590.079	783.231
Renegociações	605	35.141	175.705	211.451	12.176	40.209	160.840	213.225
Total	2.904	163.990	819.949	986.843	57.807	187.730	750.919	996.456
EM REAL								
> ELETROBRÁS								
ANGRA 1 e 2	2.330	14.577	578.571	595.478	837	893	502.632	504.362
Capital de Giro	1.016	-	667.999	669.015	-	16.836	553.549	570.385
	3.346	14.577	1.246.570	1.264.493	837	17.729	1.056.181	1.074.747
> FURNAS	3.837	63.958	-	67.795	-	58.112	31.696	89.808
Total	7.183	78.535	1.246.570	1.332.288	837	75.841	1.087.877	1.164.555
TOTAL GERAL	10.087	242.525	2.066.519	2.319.131	58.644	263.571	1.838.796	2.161.011

A totalidade da dívida está garantida pela ELETROBRÁS.

Os empréstimos em moeda estrangeira contratados com a ELETROBRÁS referem-se a repasse de financiamentos contraídos junto aos bancos alemães DRESDNER BANK e KFW aplicados na construção da usina Angra 2.

Também foram contraídos com a ELETROBRÁS financiamentos em moeda nacional para as diversas etapas da construção da usina Angra 2, para a troca dos geradores de vapor da usina Angra 1, bem como para a sua primeira recarga de combustível nuclear.

Com base na Resolução nº 707/05 da ELETROBRÁS, todo o principal e encargos de empréstimos e financiamentos vencidos até 30/11/05, num montante de R\$ 233.759 mil, foram transformados em recursos destinados a aumento de capital em novembro de 2005, e efetivamente capitalizados em outubro de 2006, cujo processo de aumento de capital detalhado na Nota 13.a foi homologado na 72ª Assembléia Geral Extraordinária da ELETRONUCLEAR de 20/10/06.

b) Composição dos empréstimos e financiamentos por moeda:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2006	2005
Moeda estrangeira - Euro	986.843	996.456
Moeda nacional	1.332.288	1.164.555
	2.319.131	2.161.011

c) Principais indicadores utilizados para atualização dos empréstimos com as respectivas variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	2006	2005	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	2,82024	2,76905	1,85%
IGPM	347,84200	335,00600	3,83%

d) Dívida total de longo prazo em 31 de dezembro, com seus vencimentos programados:

ANO	R\$ MIL	
	2006	2005
2007	-	161.302
2008	165.371	130.155
2009	165.593	130.774
2010	168.436	133.127
2011	177.919	142.186
2012	178.343	143.087
2013	31.021	18.960
APÓS 2013	1.179.836	979.205
	2.066.519	1.838.796

NOTA 10 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A composição das obrigações com tributos e contribuições sociais, na sua totalidade a vencer, apresenta-se conforme segue:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL			
	2006		2005	
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
PASEP e COFINS	12.072	-	11.497	-
II - Imposto de Importação	75	-	1.035	-
IRRF - Pgto de juros ELETROBRÁS	11.641	-	-	-
ICMS - Parcelamento	582	699	391	949
CIDE - Parcelamento e Outros Serv.	2.145	777	1.107	1.360
INSS	5.582	-	4.721	-
INSS - Parcelamento	1.788	9.671	1.671	10.916
ISS sobre Importação	7.200	-	5.737	-
FGTS	1.827	-	1.515	-
Outros	1.070	-	1.379	-
	43.982	11.147	29.053	13.225

NOTA 11 - DESCOMISSIONAMENTO DAS USINAS NUCLEARES

É premissa fundamental para a formação do passivo para o descomissionamento das usinas nucleares, que o valor estimado para sua realização deva ser atualizado ao longo da vida econômica das usinas e considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das mesmas, apropriados em quotas mensais.

Em estudo técnico concluído em 2001, verificou-se que o custo estimado inicialmente (1985) para usina Angra 1, equivalente a US\$ 111 milhões, era insuficiente e foi ajustado naquele exercício para US\$ 197,8 milhões, mantendo o término de sua vida útil estimado para dezembro de 2014, enquanto que para a usina Angra 2 manteve-se o valor inicial estimado que era de US\$ 240 milhões, com o término de vida útil previsto para agosto de 2030.

O quadro abaixo resume a posição atual dos valores correspondentes ao passivo para o descomissionamento, classificados no passivo exigível a longo prazo:

US\$ MIL - R\$ MIL						
USINA	MOEDA	SALDO DEZ/05	INGRESSO 2006	SALDO DEZ/06	A REALIZAR	PREVISÃO TOTAL
ANGRA 1	US\$	105.915	10.212	116.127	81.689	197.816
	R\$	247.916	363	248.279	174.652	422.931
ANGRA 2	US\$	42.667	8.000	50.667	189.333	240.000
	R\$	99.870	8.455	108.325	404.795	513.120
TOTAL	US\$	148.582	18.212	166.794	271.022	437.816
	R\$	347.786	8.818	356.604	579.447	936.051
				38%	62%	100%

NOTA 12 - CONTINGÊNCIAS

a) Os registros contábeis e as operações estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

b) A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém provisão para as seguintes contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia:

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL					
	2006			2005		
	Provisão		Depósitos Judiciais	Provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
TRABALHISTAS						
Data-Base dos Engenheiros	282	15.732	-	1.405	15.450	-
Diferenças de remunerações	(86)	1.704	921	49	1.790	1.138
Planos Bresser, Collor, etc.	1.203	1.617	802	(4.707)	414	73
Outras	269	844	838	289	575	605
	1.668	19.897	2.561	(2.964)	18.229	1.816
CÍVEIS						
Desapropriações	-	8.730	226	-	8.730	226
Responsabilidade civil	(149)	873	57	99	1.022	-
Outros	(11)	150	7	8	161	3
	(160)	9.753	290	107	9.913	229
FISCAIS						
Tributos Municipais	2.580	2.580	2.580	(80)	-	-
INSS	405	11.991	2.795	(1.023)	11.586	3.393
	2.985	14.571	5.375	(1.103)	11.586	3.393
TOTAL	4.493	44.221	8.226	(3.960)	39.728	5.438

A Ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732 mil, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra Furnas Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, estando portanto correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros direitos" no ativo realizável a longo prazo.

De acordo com a Deliberação CVM nº 489, de 03/10/05, o montante em 31 de dezembro de 2006 de R\$ 8.226 mil (R\$ 5.438 mil – 31/12/05), dos depósitos judiciais referentes a contingências de perda provável, destacado no quadro acima, está apresentado deduzido no passivo contingente correspondente, no passivo não circulante exigível a longo prazo.

A ELETRONUCLEAR possui também registros de outros depósitos judiciais no valor de R\$ 11.537 mil, de perda possível e remota (R\$ 9.307 mil, em 31/12/05).

c) Conforme informações adicionais da Procuradoria Jurídica da Companhia, os processos judiciais movidos na condição de perda possível contra a Companhia, não provisionados, montam R\$ 81.373 mil em 31/12/06 (2005 - R\$ 72.301 mil), sendo R\$ 43.965 mil de processos de natureza tributária R\$ 31.464 mil de ações trabalhistas e outros de natureza civil no valor de R\$ 5.944 mil.

Também informa a Procuradoria Jurídica que os processos de contingência ativa, com expectativa de ganho possível para retorno de caixa a ELETRONUCLEAR, não provisionados, somam R\$ 8.124 mil, referentes a processos tributários federais.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Aumento de Capital

Em 20 de outubro de 2006, foi realizada a 72ª Assembléia Geral Extraordinária da ELETRONUCLEAR, que homologou o aumento de capital social da Companhia de R\$ 351.312.132,24, referente à capitalização dos créditos resultantes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pela ELETROBRÁS, com a emissão de 783.510.219 ações ordinárias e 220.238.730 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando, por conseguinte, o Capital Social da Companhia de R\$ 2.944.455.753,05 para R\$ 3.295.767.885,29. As novas ações foram integralmente subscritas pelo acionista controlador ELETROBRÁS, tendo em vista que nenhum dos acionistas minoritários exerceu a opção da subscrição prevista no artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

b) Composição acionária

O capital social, representado por ações sem valor nominal, está assim distribuído:

SÍNTESE DO CAPITAL SOCIAL				
TIPO DE AÇÕES	2006		2005	
	QUANTIDADE DE AÇÕES	VALOR DO CAPITAL - R\$ MIL -	QUANTIDADE DE AÇÕES	VALOR DO CAPITAL - R\$ MIL -
ORDINÁRIAS	9.619.640.693	2.572.623.185,12	8.836.130.474	2.298.394.608,43
PREFERENCIAIS	2.704.007.421	723.144.700,17	2.483.768.691	646.061.144,62
TOTAL	12.323.648.114	3.295.767.885,29	11.319.899.165	2.944.455.753,05

As ações ordinárias são nominativas, com direito a voto.

As ações preferenciais são nominativas, sem direito a voto, não podendo ser convertidas em ações ordinárias, e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;

- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre alterações no Estatuto.

Também de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual calculado na base de 25% do lucro líquido, ajustado segundo a Lei das Sociedades por Ações.

c) Reservas de Capital

As Reservas de Capital compõem-se da remuneração das imobilizações em curso no montante de R\$ 903.064 mil (2005 – R\$ 903.064 mil).

d) Reservas de Lucros

Em conformidade com a legislação societária, as Reservas de Lucros compõem-se pela Reserva Legal constituída com base em 5% dos lucros líquidos dos exercícios de 2006 (R\$ 1.402 mil) e 2005 (R\$ 9.533 mil), no montante de R\$ 10.935 mil.

NOTA 14 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

A seguir, estão demonstrados o lucro líquido ajustado, o valor do dividendo mínimo obrigatório e o valor total dos dividendos registrados contabilmente na forma da lei.

DEMONSTRATIVO	R\$ MIL	
	2006	2005
Lucro líquido do exercício	28.047	190.653
(-) Reserva legal	1.402	9.533
Lucro líquido ajustado	26.645	181.120
Dividendo mínimo obrigatório	6.661	45.280
Dividendos provisionados	6.661	45.280

A proposta de distribuição dos Dividendos será deliberada em Assembleia Geral de acordo com a legislação societária.

NOTA 15 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.101, de 19/12/00, e Resolução nº 10, de 30/05/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE, a Companhia constituiu provisão para pagamento a título de participação nos lucros e resultados do exercício de 2006, no valor de R\$ 1.665 mil (R\$ 11.320 mil – 2005).

A aprovação da proposta de distribuição da Participação nos Lucros e Resultados será deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

NOTA 16 – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA – PROVISÃO NO RESULTADO

O cálculo, com as taxas efetivas e nominais, para a provisão das despesas do exercício de 2006 da contribuição social e do imposto de renda está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2006	
	Contribuição Social	Imposto de Renda
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	29.857	29.857
Encargo calculado a alíquota de 15% mais adicional de 9%	2.687	7.332
Efeitos fiscais sobre:		
Adições permanentes	2.767	7.627
Exclusões temporais	(4.781)	(13.046)
Compensação de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(202)	(573)
	(2.216)	(5.992)
Efeito líquido no resultado	471	1.340

NOTA 17 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Os encargos financeiros e as variações monetárias estão apropriados ao resultado e no imobilizado em curso de acordo com a Instrução contábil 6.3.10 item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Deliberação CVM nº 193, de 11/07/96, conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2006	2005
	GERAÇÃO	GERAÇÃO
Encargos financeiros contabilizados no resultado	285.974	365.350
(-) Transferências para o imobilizado em curso	20.638	-
Efeito líquido no resultado	265.336	365.350
Efeitos inflacionários contabilizados no resultado	5.474	(361.342)
(-) Transferências para o imobilizado em curso	-	-
Efeito líquido no resultado	5.474	(361.342)

NOTA 18 - PLANOS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e do Nucleos - Instituto de Seguridade Social, entidades jurídicas sem fins lucrativos, que têm por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

a) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

a.1) - Informações gerais

A REAL GRANDEZA tem como suas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, Furnas Centrais Elétricas S.A. a Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social.

Em 09/04/03, a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício nº 379/SPC/GAB/GCTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da REAL GRANDEZA ao Plano de Contribuição Definida - CD, o que possibilitou a adesão, a partir de 01/05/03, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido - BD e outro na modalidade de Contribuição Definida - CD.

No período compreendido entre 01/06/02 e 31/08/02, foi oferecida aos participantes do Plano de Benefício Definido a opção de migrar do Plano BD para dois novos planos aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC: um Plano Saldado, aprovado em abril de 2001 e o Plano de Contribuição Definida, aprovado em março de 2002. Os participantes ativos poderiam optar pela migração simultânea aos Planos Saldado e de Contribuição Definida ou pela migração exclusiva para o Plano CD. Já os assistidos somente poderiam fazer a opção de migrar para o Plano Saldado.

A migração para os dois novos Planos alcançou cerca de 68% do total de participantes e assistidos da REAL GRANDEZA. Não obstante, a validade e a eficácia da opção de migração encontrava-se condicionada à revisão, até 31/05/03, de uma decisão judicial proferida pelo Juízo da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, cujo teor determinava à REAL GRANDEZA, provisoriamente, que não promovesse a transferência de qualquer parcela do patrimônio do Plano BD para constituir cotas ou parcelas dos novos planos, enquanto não verificadas as obrigações das Patrocinadoras em relação ao referido Plano BD, antes de autorização expressa daquele Juízo.

Alcançada a data de 31/05/03, sem que a decisão judicial fosse revista pelo Juízo da 28ª Vara Federal, a opção de migração dos participantes aos novos planos perdeu sua validade e eficácia. O Plano Saldado, embora aprovado em todas as instâncias, prossegue com sua implementação pendente de decisão judicial e de uma nova campanha de adesão.

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. Na data de encerramento do exercício o número de participantes da Fundação era:

Participantes	QUANTIDADE POR PLANO	
	Benefício Definido	Contribuição Definida
- Ativos	3.713	1.833
- Assistidos	5.715	5
- Beneficiários	968	7

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente à dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13,0% sobre a parcela dos

salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a ELETRONUCLEAR efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (a) menos (b) menos (c), onde:

- a) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2,0% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10,0% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 206,62);
- b) Contribuição Específica de valor, calculada atuarialmente, para cobertura dos benefícios de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
- c) Contribuição Complementar, igual a um percentual calculado atuarialmente, destinado ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Regular, Específica e Complementar está limitada à soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Regular, Específica e Complementar.

As contribuições normais da ELETRONUCLEAR à REAL GRANDEZA, apropriadas no exercício, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 8.941 mil (2005 - R\$ 7.894 mil).

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 2.302 mil (2005 - R\$ 1.307 mil) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com a REAL GRANDEZA.

a.2) - Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da REAL GRANDEZA aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98 e, especificamente, em relação ao prescrito no artigo 6º, que estabelecia que as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, seus planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, em 14/12/00, a ELETRONUCLEAR celebrou com a Fundação um "Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças" no valor de R\$ 84.510 mil - base 31/12/99, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001, compromissos da Patrocinadora estabelecidos no Estatuto e no Regulamento do programa previdenciário, preponderantemente relativos a tempos de serviços anteriores à inscrição dos participantes na REAL GRANDEZA. O saldo do reconhecimento e consolidação de dívidas em 31/12/06 corresponde a R\$ 103.123 mil (31/12/05 - R\$ 113.089 mil), dos quais R\$ 14.784 mil classificados no passivo circulante (31/12/05 - R\$ 13.473 mil).

Cabe observar que contrato de natureza idêntica, no valor de R\$ 619.743 mil - base 31/12/99, foi firmado na mesma data entre a REAL GRANDEZA e FURNAS.

a.3) - Contrato de Reserva a Amortizar

Em 13/10/03, dando seqüência ao processo de reequilíbrio consistente do Plano de Benefício Definido e atendendo determinação da Secretaria de Previdência Complementar, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR e com FURNAS o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de sua responsabilidade referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 273.123 mil, referidos a novembro de 2001, sendo R\$ 32.775 mil contratados junto à ELETRONUCLEAR e R\$ 240.348 mil a FURNAS.

Tais valores, apurados em novembro de 2001, corrigidos com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescidos de juros de 6% ao ano, serão pagos em 12 anos, a partir de janeiro de 2004, em 144 parcelas mensais e sucessivas. O saldo devedor da obrigação reconhecida pela ELETRONUCLEAR, em 31/12/06, monta R\$ 44.413 mil (31/12/05 – R\$ 46.332 mil), dos quais R\$ 4.392 mil estão classificados no passivo circulante (31/12/05 - R\$ 3.553 mil).

a.4) - Deliberação CVM nº 371/00

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371 de 13/12/00, que dispõe sobre Contabilização de Benefícios a Empregados, seguem abaixo os resultados das avaliações atuariais efetuadas por atuários independentes com data-base de 31/12/06, referentes ao Plano de Benefício Definido e ao Plano de Contribuição Definida:

I - Avaliação atuarial referente ao Plano de Benefício Definido

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MIL	
	2006	2005
(1) Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício (a+b)	(5.167.185)	(5.007.376)
(a) - Benefícios a conceder (ativos)	(1.673.706)	(1.736.923)
(b) - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	(3.493.479)	(3.270.453)
(2) Valor justo dos ativos do plano no fim do período	4.493.890	3.707.192
(3) Valor presente das obrigações em excesso aos ativos (1-2)	(673.295)	(1.300.184)
(4) Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos (+/-)	508.712	1.108.831
Passivo / (Ativo) atuarial líquido (3-4)	(164.583)	(191.353)
(5) Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado	(164.583)	(191.353)
(6) Passivo / (Ativo) atuarial líquido total já provisionado	(191.353)	(149.182)
Passivo / (Ativo) atuarial adicional (5-6)	26.770	(42.171)
Despesa líquida reconhecida para o ano seguinte (+/-)	76.067	235.907
Custo do serviço corrente (+)	57.581	57.378
Custo dos Juros (a+b) (+)	537.974	546.954
(a) - Benefícios a conceder (ativos)	177.569	193.732
(b) - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	360.405	353.222
Rendimento esperado dos ativos do plano (-)	(492.758)	(417.637)
Contribuições esperados dos participantes (-)	(26.730)	(24.891)
Custos de amortizações (-)	-	74.103

II - Avaliação atuarial referente ao Plano de Contribuição Definida

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MIL	
	2006	2005
(1) Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício (a+b)	(8.076)	(1.043)
(a) - Benefícios a conceder (ativos)	(7.796)	(963)
(b) - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	(280)	(80)
(2) Valor justo dos ativos do plano no fim do período	2.530	2.642
(3) Valor presente das obrigações em excesso aos ativos (1-2)	(5.546)	1.599
(4) Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos (+/-)	5.885	(1.056)
Passivo / (Ativo) atuarial líquido (3+4)	339	543
(5) Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado	339	543
(6) Passivo / (Ativo) atuarial já provisionado	543	(155)
Passivo / (Ativo) atuarial adicional (5-6)	(204)	698
Despesa líquida reconhecida para o ano seguinte (+/-)	3.301	203
Custo do serviço corrente (+)	2.380	465
Custo dos Juros (a+b) (+)	813	101
(a) - Benefícios a conceder (ativos)	784	92
(b) - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	29	9
Rendimento esperado dos ativos do plano (-)	(222)	(307)
Contribuições esperados dos participantes (-)	-	(2)
Custos de amortizações (-)	330	(54)

III - Hipóteses atuariais utilizadas para cálculos

Hipóteses Atuariais Utilizadas nos Cálculos		
	Benefício Definido	Contribuição Definida
1 - Demográficas		
1.1 - Mortalidade geral	Tábua AT83 específica por sexo	Idem ao BD
1.2 - Mortalidade de inválidos	RP2000 Disabled, específica p/sexo	Idem ao BD
1.3 - Entrada em validez	Wyatt 85 Class 1, específica p/sexo	Idem ao BD
1.4 - Rotatividade	T-1 Service Table, -20%	T-1 Service Table
1.5 - Aposentadoria	50% na 1ª elegibilidade; 20% na 2ª elegibil.; e 100% na 3ª elegibil.	Idem ao BD
1.6 - Família	Esposa 4 a.mais jovem p/ativos Família informada para assistidos	Idem ao BD
1.7 - Proporção de casados	90%	Idem ao BD
2 - Econômicas		
2.1 - Taxa de desconto	10,75%	Idem ao BD
2.2 - Crescimento salarial estimado	6,5% Furnas; 7,5% Eletronuclear e 4,5% p/ Autopatrocínados	6,5% Furnas; 5,5% R.Grd. e 4,5% Autopatrocínados
2.3 - Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do Plano	11,00%	Idem ao BD
2.4 - Taxa de inflação de longo prazo	4,50%	Idem ao BD

Fonte: WATSONWYATT Brasil Ltda – Atuário da Fundação Real Grandeza

b) NUCLEOS

b.1) - Informações gerais

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas patrocinadoras: Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Na data do encerramento das Demonstrações Contábeis o número de participantes do NUCLEOS era:

Participantes	FREQUÊNCIAS			
	SISTEMA NUCLEOS		ELETRONUCLEAR	
	2006	2005	2006	2005
- Ativos	2.457	2.429	1.129	1.051
- Assistidos	598	591	138	133
- Beneficiários	157	165	30	30

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 0,943% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS.

Considerando que o parágrafo 3º do artigo 202 da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,789% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da patrocinadora e participantes é de 0,25 para 1, estando assim atendida de forma plena a paridade contributiva prevista na referida emenda.

A diferença de contribuição vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS resulta do pagamento de 240 prestações mensais a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, calculada mediante aplicação da taxa de 10,087% sobre a folha salarial dos participantes empregados para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

As contribuições normais ao NUCLEOS, apropriadas no exercício para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder, atingiram R\$ 8.647 mil (2005 - R\$ 7.252 mil), dos quais R\$ 739 mil referentes à contribuição normal (2005 – R\$ 620 mil) e R\$ 7.908 mil referentes às parcelas especiais da Reserva de Tempo Anterior (2005 – R\$ 5.632 mil).Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

b.2) - Balanço Patrimonial do Nucleos

O equilíbrio apresentado no balanço patrimonial do NUCLEOS decorre da instituição de uma contribuição adicional, cuja finalidade foi equacionar déficit atuarial, apontado pela reavaliação de 2006, de R\$ 115.882 mil (R\$ 191.576 mil em 2005), face ao acolhimento de premissas mais conservadoras em relação às adotadas nas Avaliações Atuariais dos exercícios anteriores e, fundamentalmente, pela manutenção da Provisão referente aos Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa, no valor de R\$ 216.215 mil atribuível à Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e devidamente reconhecido nas Demonstrações Contábeis daquela empresa.

Comparativamente a 2005 - R\$ 274.147 mil, a redução observada naquelas provisões decorre da reversão para os ativos do Plano de Benefícios, do valor correspondente à dívida que a INB tem para com o NUCLEOS, face acordo de quitação, firmado entre aquela empresa e o Instituto e que, até outubro de 2006, estava contabilizada como Provisão referente aos Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa.

Fica claro que a medida tomada pelo Instituto para equacionar seu déficit atuarial de R\$ 115.882 mil não teria sido necessária, caso a NUCLEP, a exemplo da INB, houvesse firmado acordo de quitação de sua dívida com o NUCLEOS e, nesse caso, diferentemente da situação deficitária apresentada, o Instituto estaria contabilizando um superávit da ordem de R\$ 100.333 mil.

b.3) - Deliberação CVM nº 371/00

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371 de 13/12/00, que dispõe sobre Contabilização de Benefícios a Empregados, seguem abaixo os resultados da avaliação atuarial do NUCLEOS, efetuada por atuário independente, do Plano BD com data-base de 31/12/06:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MIL	
	2006	2005
(1) Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício (a+b)	(621.386)	(555.633)
(a) Benefícios a conceder	(452.346)	(394.733)
(b) Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	(169.040)	(160.900)
(2) Valor justo dos ativos do plano no fim do período	496.560	438.225
(3) Valor presente das obrigações em excesso aos ativos (1-2)	(124.826)	(117.408)
(4) Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos (+/-)	(84.447)	(76.769)
Passivo / (Ativo) atuarial líquido (3+4)	(209.273)	(194.177)
(5) Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado	(209.273)	(194.177)
(6) Passivo / (Ativo) atuarial já provisionado	(194.177)	(175.803)
Passivo / (Ativo) atuarial adicional (5-6)	(15.096)	(18.374)
Despesa líquida reconhecida para o ano seguinte (+/-)	30.178	30.363
Custo do serviço corrente (+)	24.214	24.187
Custo dos juros: (a+b) (+)	69.296	61.923
(a) - Benefícios a conceder (ativos)	51.115	44.605
(b) - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	18.181	17.318
Rendimento esperado dos ativos do plano (-)	(56.252)	(49.571)
Contribuições esperadas de participantes (-)	(5.574)	(4.891)
Custos de amortizações (1+2) (+/-)	(1.506)	(1.285)
(1) Ganhos (perdas) atuariais líquidos não reconhecidos (+/-)	(1.506)	(1.285)
(2) Passivo não reconhecido (+)	-	-

Na determinação dos valores atribuídos às provisões matemáticas segundo as determinações do Pronunciamento do IBRACON (CVM 371/2000), é utilizado o método de Unidade de Crédito Projetado, enquanto que no balanço do NUCLEOS a apuração é feita pelo Método Agregado.

Abaixo, quadro demonstrativo da responsabilidade da insuficiência do ativo líquido do plano BD - Benefício Definido, na posição de 31/12/06:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MIL			
	INSUFICIÊNCIA TOTAL	PATROCINADORAS		
		ELETRONUCLEAR	INB	NUCLEP
Insuficiência líquida dos ativos	209.808	107.998	76.288	25.522

A insuficiência do ativo líquido ao final do exercício de 2006, apurado pelo Método do Crédito Unitário Projetado e à luz da Deliberação CVM nº 371/00, no valor de R\$ 209.808 mil (R\$ 115.882 mil segundo critério adotado pelo NUCLEOS), correspondente ao passivo atuarial líquido, é resultante: (i) da aplicação do critério de avaliação atuarial diferente daquele utilizado pelo Instituto, que se vale do Método Agregado, (ii) do NUCLEOS considerar o acordo de financiamento da dívida da INB com parte dos recursos garantidos dos compromissos assumidos com seus participantes e assistidos e (iii) do fato do custeio do plano de benefícios ser solidário entre as patrocinadoras.

Do passivo atuarial líquido é de responsabilidade da patrocinadora ELETRONUCLEAR a parcela correspondente a R\$ 107.998 mil, sendo que R\$ 70.344 mil de insuficiência foram reconhecidos no resultado de 2002, R\$ 17.216 mil em 2003, R\$ 2.477 mil em 2004, R\$ 9.476 mil em 2005 e R\$ 8.485 mil em 2006.

As hipóteses atuariais utilizadas para cálculos são as seguintes:

Hipóteses Atuariais Utilizadas nos Cálculos	
1 - Biométricas	
Mortalidade	
Válidos - 2006:	GAM-71 + 40% de (AT-2000 - GAM-71)
Válidos - 2005:	GAM-71 + 20% de (AT-2000 - GAM-71)
Inválidos :	AT-49, por sexo, agravada em 100%
Entrada em Invalidez :	Álvaro Vindas
2 - Rotatividade média anual :	Até 47 anos = 1,0 % a.a a partir de 48 anos = nulo
3 - Econômicas	
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos: Exercício 2006	ELETRONUCLEAR: 1,51% a.a INB: 1,14% a.a NUCLEP: 1,18% a.a
Exercício 2005	2,74 % a.a
Índice de aumento real esperado para os benefícios concedidos	0% a.a.
Taxa nominal no desconto a valor presente das obrigações atuariais	juros nominais 11,30 % a.a
Taxa real no desconto a valor presente das obrigações atuariais	juros nominais 6,0 % a.a
Inflação	5,0% a.a

NOTA 19 - ANÁLISES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

a - Remuneração da concessão

O Suprimento de energia das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, fornecida a FURNAS, de 12.627.454 MWh (2005 – 8.998.693 MWh) corresponde a uma receita no exercício de R\$ 1.284.686 mil (2005 - R\$ 1.112.787 mil).

Da receita do exercício, a parcela de R\$ 318.237 mil refere-se ao suprimento de Angra 1 (2005 - R\$ 310.081 mil) e a parcela de R\$ 966.449 mil ao suprimento de Angra 2 (2005 - R\$ 802.706 mil).

Os valores da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR praticados em 2006 e 2005 foram os seguintes:

De 06/12/04 a 04/12/05 > R\$ 91,52 /MWh - Portaria do MME nº 320, de 03/12/04;

De 05/12/05 a 04/12/06 > R\$ 98,64 /MWh - Resolução ANEEL nº 252, de 06/12/05;

De 05/12/06 a 31/12/06 > R\$ 113,23 /MWh - Resolução ANEEL nº 400, de 05/12/06.

b - Nível de eficiência

Os dados do potencial instalado “versus” utilização:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL (MW)	ENERGIA CONTRATADA (MW médios)	GERAÇÃO BRUTA (MW médios)	
			2006	2005
- Angra 1	657	367	388	426
- Angra 2	1.350	1.108	1.184	699
TOTAL	2.007	1.475	1.572	1.125

As principais razões das variações relevantes entre a capacidade instalada de geração e utilização efetiva relativa às usinas Angra 1 e Angra 2 no ano de 2006 são as seguintes:

Angra 1: Parada para substituição do rotor da Turbina de Baixa Pressão, de 04/02/06 a 21/02/06 (18 dias); Parada para reabastecimento de combustível (1P14), de 12/05/06 a 25/06/06 (45 dias).

Angra 2: Parada para reparo em um transformador de saída, de 25/11/05 a 30/01/06 (66 dias).

NOTA 20 - SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado em 31/12/06 é de R\$ 4.184.493 mil, assim distribuído:

RAMO	R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO
Riscos nucleares			
- Danos materiais	31/05/07	2.138.000	7.168
- Responsabilidade civil	31/05/07	242.577	1.458
Armazenamento de equipamentos	Constr. Angra 3	1.559.178	4.816
Diversos	Diversas	244.738	215
Total		4.184.493	13.657

NOTA 21 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2006, foram de R\$ 17.968,74 e R\$ 861,46 (2005 - R\$ 18.371,24 e R\$ 805,10) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2006, correspondeu a R\$ 23.154,51 (2005 - R\$ 21.639,54).

NOTA 22 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A operação da Companhia compreende a geração de energia elétrica, fornecida às linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional e recebida pelas Distribuidoras nas suas redes de distribuição para entrega aos consumidores finais, e compreende 3% da energia produzida no país, equivalente a 50% da energia elétrica consumida no Estado do Rio de Janeiro. Os principais fatores de riscos de mercado que afetam e ou podem afetar o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

- **Risco de Crédito**

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 4, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada com FURNAS, empresa do grupo ELETROBRÁS que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no País.

- **Risco de taxa de câmbio**

O endividamento e o resultado da operação da ELETRONUCLEAR são afetados pelas flutuações do EURO e do dólar norte-americano. Não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, entretanto foi renegociada com a ELETROBRÁS parte desta dívida em 2005, gerando uma nova dívida com taxas contratuais diferentes dos contratos originais, mais adequada ao fluxo de recursos da Companhia, bem como a capitalização em outubro de 2006 de todo o principal e encargos

vencidos na posição de 30 de novembro de 2005, num montante de R\$ 233.759 mil, conforme Nota 13.a.

A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRÁS que está, por disposição estatutária expressa, condicionada a conceder financiamento apenas a concessionárias de serviço público de energia elétrica.

Durante os exercícios de 2006 e 2005, a Companhia não realizou operações envolvendo derivativos financeiros (swap, opções, etc.).

- **Riscos ambientais**

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e também o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor.